

Resenha

Book Review

SENOR, Thomas. *A critical introduction to the epistemology of memory*. New York: Bloomsbury Academic, 2019. 192 p.

Glaupy Fontana Ribas

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Brasil
fontanagy@hotmail.com

Úrsula Maria Coelho Lied

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Brasil
ursulamclied@gmail.com

Data de recebimento: 10/10/2019

Data de aceite: 07/11/2019

DOI: 10.23925/2316-5278.2019v20i2p456-460

Thomas Senor atualmente é professor na Universidade de Arkansas (EUA) e é especialista em Epistemologia e Filosofia da Religião. Suas linhas de pesquisa em Epistemologia concernem à epistemologia da memória e teoria da justificação. Em março de 2019, Senor publicou *A critical introduction to the epistemology of memory*, um livro cujo objetivo é analisar quando as crenças oriundas da memória estão justificadas.

Senor inicia o livro apontando que as teorias da justificação epistêmica se preocupam apenas com o que é necessário para que um sujeito esteja justificado em crer, sem considerar as diferenças entre formar uma crença e manter uma crença. A título de exemplo ele menciona a teoria evidencialista, segundo a qual um sujeito está justificado em crer apenas quando tem evidências para isso. Ela é uma teoria bastante consistente para a justificação da formação de crenças; contudo, não tem a mesma capacidade apelativa sobre a justificação da manutenção de crenças. Isto indica que a justificação para passar a crer não é idêntica à justificação para continuar a crer, e Senor destaca que seu livro é focado na epistemologia das crenças previamente formadas.

O autor reconhece que há um importante debate em Filosofia da Memória sobre o que é memória e quando que, de fato, um sujeito lembra, mas ressalta que o objetivo do seu livro é abordar a epistemologia das crenças entendidas como mantidas e evocadas, sem discutir o que caracteriza a manutenção e a evocação. Assim, faz uma breve distinção entre metafísica da memória e epistemologia da memória.

Há dois tipos de crenças de memória. A crença relembrada é aquela crença formada anteriormente e evocada no momento presente. O outro tipo é a crença formada a partir de informações mantidas pela memória. As crenças de memória consideradas no livro são as crenças relembradas, formadas previamente pelo sujeito.

Uma tese crucial do livro é que uma crença pode ser justificada em termos de (1) garantia, (2) racionalidade ou (3) responsabilidade (*blamelessness*). Assim, ter justificação significa cumprir qualquer um destes requisitos. (1) Para uma crença ter garantia, entretanto, é necessário que ela satisfaça o critério de Gettier. Isto é, não basta que uma crença seja verdadeira e justificada para que haja conhecimento, ela precisa ter uma boa base objetiva, uma base que geralmente conduz à verdade. (2) Seguindo Locke, Senor entende que um sujeito tem racionalidade epistêmica quando a sua crença é proporcional às evidências das quais ele dispõe. Mas é possível ter crenças racionais que não sejam garantidas, como é o caso do sujeito que crê na previsão do tempo feita a partir das folhas de chá porque cresceu em uma comunidade defensora deste método. Como o sujeito não está atento à correspondência ou não das previsões anteriores, confia em sua comunidade e partilha com ela este método; as evidências que ele tem são favoráveis a formar a crença de que a previsão funciona. Há racionalidade epistêmica, mas não há garantia porque a base da crença é um método não confiável. E por fim, (3) como o sujeito não controla as crenças que forma, deve ser responsável e buscar evidências para justificá-las. Crer sem poder ser culpabilizado é cumprir os deveres epistêmicos na formação da crença. Em relação à memória, a ideia de responsabilidade traz a questão de se há justificação quando o sujeito não lembra das evidências da crença ou se ele tem o dever de procurar estas evidências.

A primeira teoria epistêmica da memória analisada por Senor é o conservacionismo. O principal argumento deste tipo de teoria é que o sujeito só pode alterar suas crenças se surgirem boas razões para isso. Ou seja, as crenças devem ser mantidas e serão contestadas ou mudadas apenas se aparecerem razões suficientes para tal. São então apresentados dois modelos conservacionistas, da teoria de Harman e da teoria de McGrath.

A teoria proposta por Harman, apresentada no segundo capítulo, está baseada na ideia de que a memória humana é limitada, de modo que a justificação *prima facie*, ou seja, a justificação inicial, se dá simplesmente porque o sujeito acreditou anteriormente em determinada crença. Harman aposta no Princípio da Solapação Positiva (*Principle of Positive Undermining*), segundo o qual o sujeito deve parar de crer que P sempre que acreditar que as suas razões para crer que P não sejam boas. Portanto, o sujeito está justificado a manter a crença evocada, a menos que apareçam evidências contrárias a ela. Em sua análise, Senor apresenta três objeções a esta teoria: ele argumenta que a memória não é limitada; que a memória não evita acumular informações desnecessárias; e que é preferível para o sujeito que ele saiba o caminho justificacional de suas crenças.

Como dito anteriormente, a ideia principal do conservacionismo é que se o sujeito forma uma crença, ele está *prima facie* justificado em manter esta crença. Uma diferença inicial entre os conservacionismos de Harman e de McGrath, exibido no terceiro capítulo, é que o primeiro entende justificação como garantia, enquanto o segundo entende como racionalidade ou responsabilidade em crer. A teoria de McGrath surge como uma alternativa para escapar dos problemas postos ao evidencialismo e ao preservacionismo, teorias apresentadas em capítulos posteriores. Senor analisa as respostas de McGrath a três objeções ao conservacionismo: o problema da parcialidade, o problema da conversão e o *epistemic boost problem*, e acrescenta, ainda, o problema da paridade.

Senor termina por avaliar que o conservacionismo não é uma teoria plausível nem da garantia, nem da racionalidade, nem da responsabilidade. Ela nunca teve pretensão de ser uma teoria da garantia. Quanto à responsabilidade, ela poderia ser uma boa teoria a esse respeito caso não houvesse condições sincrônicas problemáticas. O conservadorismo seria uma teoria razoável da racionalidade, mas Senhor questiona por que o mero fato de que alguém tem uma crença deveria, ele mesmo, ser justificção para essa crença.

O autor começa então a avaliar o evidencialismo, teoria na qual uma crença é justificada somente se o sujeito está de posse de boa evidência, pois a força da justificção é proporcional à força da evidência. No caso das crenças da memória, o evidencialismo mantém que uma crença mnêmica é justificada em um tempo t se e somente se ela se enquadra na evidência que o sujeito possui em t . Além disso, o evidencialismo é uma teoria sincrônica, pois o sujeito somente possui justificção da crença da memória se ele ainda possui as crenças ou lembra-se das experiências que fornecem a justificção para essa crença da memória. No entanto, no caso das crenças da memória, o evidencialismo enfrenta um grave problema, o assim chamado Problema da Evidência Esquecida. Este retrata o caso onde o sujeito formou uma crença (e no momento de formação da crença ele possuía evidência para essa crença), mas no momento presente ele somente recorda-se da crença e esqueceu a evidência que a suportava. Outro problema do evidencialismo é que, sendo este uma teoria internalista, mesmo em um cenário cético extremo (tal como o do Gênio Maligno) as crenças que estão fundamentadas em boa evidência ainda seriam justificadas, mesmo que fossem falsas.

O diagnóstico do autor é que o evidencialismo é uma boa teoria da crença racional, mas não da responsabilidade de crer, pois uma pessoa pode dar o seu melhor e ainda assim não acreditar de acordo com as evidências que possui (por faltar-lhe capacidade intelectual para avaliar a evidência). O evidencialismo não é uma boa teoria da garantia da crença mnêmica porque a posição evidencialista não afirma que E ser boa razão para crer que P torna *mais objetivamente provável* que P seja verdadeiro, ou seja, a teoria não leva em direção à verdade.

No quinto capítulo, Senhor começa a avaliar o fundacionismo, teoria que afirma que existem dois tipos de crença: crenças básicas e crenças não básicas. As primeiras são justificadas por serem advindas de fontes básicas de conhecimento, tais como a percepção, e as últimas tiram sua justificção de outras crenças. O fundacionismo sobre as crenças da memória mantém que, assim como crenças da introspecção ou da percepção são justificadas *prima facie*, as crenças da memória também são básicas e justificadas *prima facie*, ou seja, a memória é uma fonte de justificção. O fundacionismo apresentado por Senhor é o de Pollock e Cruz, no qual uma pessoa está justificada em crer em uma crença da memória em virtude do estado de recordação que vem junto com essa crença, sendo que esse estado de recordação é que fornece justificção *prima facie* para S crer que P .

São colocadas, então, cinco objeções contra o fundacionismo: a objeção de que algumas crenças mnêmicas não possuem estados fenomenais de recordação para justificá-las, a objeção sobre a relação de base, a objeção de circularidade, a objeção do problema das crenças armazenadas e a objeção de que a teoria é sincrônica. Quanto à avaliação da teoria, Senhor diz que o evidencialismo não é uma boa teoria da garantia porque ela somente requer um estado de recordação

para que a crença esteja justificada, mas um mero estado de recordação não garante a verdade da recordação nem da crença dela derivada. O fundacionismo é, entretanto, uma boa teoria da racionalidade, pois requer o estado fenomenológico de recordação para fornecer justificção *prima facie*; como não temos razões que apontem que a memória é amplamente não confiável, essa crença não está minada. Sobre a responsabilidade do agente doxástico, tomando a teoria de uma perspectiva diacrônica, o sujeito pode possuir culpa, pois a história da crença pode ter sido distorcida, mas o sujeito esqueceu da distorção e ainda acredita, podendo ser culpabilizado. Senor conclui esse capítulo com o veredicto de que as teorias conservadoras, evidencialistas e fundacionistas são todas teorias sincrônicas que ignoram a relevância epistêmica da história da crença e a evidência para a crença através do tempo.

No sexto capítulo, Senor apresenta então a teoria que ele defende, o preservacionismo, teoria na qual o status justificatório de uma crença mnêmica é, pelo menos em parte, determinado pelo status da crença quando ela inicialmente foi formada. Assim, no caso do Problema da Evidência Esquecida, o sujeito ainda vai estar justificado em manter a crença da memória, e a explicação dessa justificação vem da justificação original que a crença tinha quando ela foi formada, pois se nenhum suporte vir a ser adicionado à crença, e se nada que mine a crença for adicionado, ela continua possuindo seu status original. O preservacionismo está comprometido com a tese de que simplesmente crer ou lembrar não fornece justificação; a memória não gera justificação, somente preserva, assim, a crença não pode ser, no momento da recordação, mais justificada do que era originalmente.

Um processo é epistemicamente gerativo se e somente se pode conferir justificação original (justificação recém-adquirida derivada de fontes gerais) *prima facie*. O problema para o preservacionista é que, se na memória houvesse somente crenças, ela não seria epistemicamente gerativa, mas na verdade ela contém também memórias de experiências perceptuais a partir das quais podemos formar crenças, e a justificação para essas crenças é derivada da memória. Além disso, e mais gravemente, existem casos em que a memória gera justificação original para uma crença que antes não era justificada. Mas isso não é um problema, sustenta o autor, porque o preservacionismo não tem nada a dizer sobre o status epistêmico de uma crença que é gerada a partir da memória ou de uma crença que era previamente não justificada e que se torna justificada em virtude de uma percepção recordada. A tese preservacionista apenas requer que uma crença não tenha um *boost* epistêmico somente por ser mantida na memória. Senor sustenta que se a memória fosse epistemicamente gerativa no sentido de que produz justificação *prima facie* simplesmente por sustentar uma crença ao longo do tempo, então nesse caso o preservacionismo seria falso.

Mas o preservacionismo é mais a asserção da inabilidade da memória de fornecer justificação do que uma teoria que exemplifique as condições nas quais o sujeito está justificado. A teoria da justificação que normalmente o acompanha é o confiabilismo. O confiabilismo é uma teoria externalista da justificação da memória, e Senor salienta que, segundo essa teoria, dizer que uma crença é justificada implica que ela é provavelmente verdadeira.

O confiabilismo diz que a crença mnêmica de S que P é justificada *prima facie* se e somente se ela era justificada quando foi originalmente formada (ou em

algum ponto anterior ao presente) e tem sido mantida por um (ou mais) processo(s) cognitivo confiável(is). A memória de crenças (não geradas pela memória) é um processo dependente de outras crenças, e nesse sentido, ela será confiável se o sujeito guarda crenças verdadeiras e resgata crenças verdadeiras da memória. Já nos casos em que a memória gera crenças a partir da experiência, as crenças produzidas serão justificadas somente se a memória é confiável da seguinte forma: quando o sujeito tenta recordar uma experiência, ou seja, quando ele chama uma imagem à mente e, então, forma uma crença a partir dela (e essa imagem deve ser acurada, o que quer dizer que ela veio da memória e não da imaginação).

Senor afirma que as virtudes do confiabilismo residem na capacidade da teoria de responder ao Problema da Evidência Esquecida e de negar que uma crença ganhe suporte justificativo simplesmente por estar na memória. Já os problemas da teoria residem no Problema da Generalidade, que diz que não há nenhum modo de individualizar processos cognitivos que não seja arbitrário, e na *New Demon World Objection* (proposta originalmente por Lehrer e Cohen em 1983, mas cuja formulação canônica se encontra em Cohen, 1984), que ataca a capacidade do confiabilismo de explicar a justificação de crenças.

No entanto, o autor avalia que o confiabilismo não é uma boa teoria da responsabilidade epistêmica, pois o sujeito não tem escolha sobre qual processo usa para formar suas crenças. Também não é uma boa teoria da racionalidade, pois mesmo de posse de evidências, o processo que forma a crença pode não ser confiável. Mas o confiabilismo é uma boa teoria da garantia epistêmica, pois um processo é confiável se produz mais crenças verdadeiras, e uma crença garantida é aquela que na maioria das circunstâncias será verdadeira.

Senor conclui o livro dizendo que não há uma boa teoria da crença mnêmica justificada, o que há são três teorias que respondem a cada uma das instâncias da justificação, a saber, a garantia, a racionalidade e a responsabilidade. A conclusão do autor é que o preservacionismo e o confiabilismo são, tomados em conjunto, a teoria mais satisfatória da garantia epistêmica das crenças. Já a racionalidade epistêmica é melhor explicada em termos evidencialistas. A responsabilidade, por sua vez, não é bem explicada por nenhuma teoria, de onde ele cogita que ela pode ser uma teoria não redutível, e portanto, não poderia ser explicada em termos de nenhuma outra teoria.

Referências

COHEN, Stewart. Justification and truth. *Philosophical Studies*, v. 46, n. 3, p. 279-295, 1984.

LEHRER, Keith; COHEN, Stewart. Justification, truth, and coherence. *Synthese*, v. 55, n. 2, p. 191-207, 1983.